

Educação Ambiental



2003/2006

Ministério do Meio Ambiente
Programa Nacional de Educação Ambiental
Diretoria de Educação Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO
2003/2006

Brasília, 2007

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministra: Marina Silva

Secretário Executivo: Cláudio Langone

Programa Nacional de Educação Ambiental

Diretoria de Educação Ambiental - DEA

Diretor: Marcos Sorrentino

Gerente de Projeto: José Vicente de Freitas

Ministério do Meio Ambiente

Programa Nacional de Educação Ambiental

Diretoria de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 5o andar

70068-900 – Brasília/DF

Tel.: 55 61 4009-1207

Fax: 55 61 4009-1757

educambiental@mma.gov.br

www.mma.gov.br/educambiental

**Centro de Informação, Documentação
Ambiental e Editoração**

Esplanada dos Ministérios - Bloco "B" - térreo

70068-900 - Brasília/DF

Tel.: 55 61 4009-1235

Fax: 55 61 4009-5222

cid@mma.gov.br

ISBN

Relatório de Gestão 2003-2006/Ministério do Meio Ambiente, Programa Nacional de Educação Ambiental, Diretoria de Educação Ambiental

1. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2007.

10 cadernos; 140p.; il.; 21x30 cm; CD ROM

1. Educação ambiental. 2. Meio ambiente - Educação. I. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental.

CDU

Organizadores

Maria Rita Avanzi
Philippe Pomier Layrargues
Ricardo Burg Mlynarz
Marcos Sorrentino
Joana de Barros Amaral

Revisão

Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo
Cláudia Magalhães
Irineu Tamaio
Jacqueline Martins Gomes
Marcos Sorrentino
Maria Rita Avanzi
Mariana Stefanelli Mascarenhas
Mauricio Marcon Rebelo da Silva
Philippe Pomier Layrargues
Solange Mota
Thaís Ferraresi Pereira

Equipe Técnica da DEA

Adalcira Santos Bezerra
Adalgisa Cavalcante Almeida
Aline de Jesus Vasconcelos
Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo
Arthur A. da Costa Ferreira
Bruna Evangelista Guedes

Editoração, Diagramação, Programação Digital

Arthur Armando da Costa Ferreira e Ricardo Veronezi Ferrão

Capas: Arthur Armando da Costa Ferreira e Ricardo Veronezi Ferrão

Fotos: Banco de Imagens da Diretoria de Educação Ambiental

Cátia Rosana Hansel
Daniela Kolhy Ferraz
Érika Salviano
Francisco de Assis Moraes Costa
Gustavo Nogueira Lemos
Heitor Queiroz de Medeiros
Iara Carneiro
Irineu Tamaio
Jacqueline Martins Gomes
Joana de Barros Amaral
João Carlos Gomes
Luiz Antonio Ferraro Júnior
Marcelo Pereira Nunes
Maria Inês Cestaro Jorge
Maria Lúcia Almeida
Maria Rita Avanzi
Mariana da Silva Dourado
Mariana S. Mascarenhas
Marília Passos Torres de Almeida
Maura Machado Silva
Mauricio Marcon Rebelo da Silva
Miria Lucia de Holanda
Patrícia Rodin
Philippe Pomier Layrargues
Renata F. Dalla Bernardina
Renata Maranhão
Ricardo Burg Mlynarz

Ricardo Veronezi Ferrão
Semiramis A. Biasoli
Terezinha da Silva Martins
Thaís Ferraresi Pereira
Thames Cacau

Equipe Técnica do**CID Ambiental**

Alcídia Mendes Teixeira
Alessandra dos Santos Araujo
Anderson Guimarães Pereira
Cícera da Silva
Denison Pereira Rolin
Edlene Alencar Santos
Elizabeth Silva da Mata
Ildon Pires de Macedo
Maria de Lourdes Silva
Otávio Paz

Estagiários

Allan Rabelo
Augusto Sérgio E. de Holanda
Francisco das Chagas Soares
Daniel Martinez
João Paulo Gonçalves Maciel
Raquel Ferreira da Silva

INTRODUÇÃO & SIGLAS

INTRODUÇÃO

“Educação Ambiental para um Brasil de todos” é a frase estampada na primeira publicação da Diretoria do Programa de Educação Ambiental (DEA), em 2003. Pode-se dizer que ela sintetiza a incessante busca que mobilizou, nos últimos quatro anos, os trabalhos desta Diretoria, imbuídos do desafio de construir uma política de educação ambiental para o país, tendo as seguintes inquietações:

- Como propiciar a 186 milhões de brasileiras e brasileiros o acesso permanente e continuado à educação ambiental de qualidade?
- Como construir uma política estruturante de educação ambiental que propicie a todas e a cada pessoa tornarem-se educadoras ambientais de si próprias?
- Como as políticas públicas governamentais de educação ambiental se tornam políticas de Estado e da sociedade, dialogando com os sujeitos da sua realização cotidiana, que há mais de 30 anos contribuem para sua construção e são referência internacional na área?
- Como este diálogo permite ao Estado ouvir e atender aos reclamos e propostas da sociedade e tem nela a sua principal aliada para implantar as políticas públicas?

Desta forma, a construção da política de educação ambiental no período de 2003 a 2006, com a Ministra Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, teve enfoque na formulação

e implementação de políticas públicas estruturantes, capazes de propiciar a emergência e o fortalecimento de pessoas e grupos sociais que se educam cotidianamente na e para a construção da sustentabilidade¹ da Vida, no local, no Brasil e no Planeta, pautados pela perspectiva de sermos humanos responsáveis e felizes.

Este trabalho, a ser apresentado neste relatório-balanço de gestão da educação ambiental para o país, procurou caminhar de forma consoante com as quatro diretrizes enunciadas para atual gestão do MMA. Animaram o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)², a busca por contribuir para a construção da sustentabilidade socioambiental no país através de ações orgânicas de um sistema nacional que procura formular e implementar políticas transversais voltadas ao controle social e à participação da sociedade na gestão e gestão de seus projetos de futuro.

De forma sintética, enfatiza-se como princípios desta gestão da DEA: toda política pública voltada à educação ambiental deve destinar-se à totalidade da população brasileira, de forma permanente, continuada e articulada.

Pautados em objetivos diversificados e nas linhas de ação, explicitados no ProNEA, pode-se sintetizar os objetivos das ações desenvolvidas pela Diretoria partindo da multiplicidade de práticas e reflexões que caracterizam a educação ambiental no Brasil como uma das mais ricas do Planeta, procurando fortalecê-las em toda a sua diversidade, através de uma cuidadosa arquitetura de capilaridade que permita:

- enraizar a educação ambiental em todos os setores e regiões do país;
- empoderar cada um dos seus atores e autores, através da sua qualificação continuada, da reverberação das suas práticas, reflexões, propostas e demandas, traduzindo-as em políticas públicas que favoreçam a busca solidária por parcerias e apoios diversos;
- exercitar continuamente as propostas ambientalistas/sustentabilistas formuladas para a sociedade, dando testemunho cotidiano das possibilidades e potencialidades da educação ambiental.

1 A concepção de sustentabilidade que animou os trabalhos da DEA/MMA é pautada pelo ideário ambientalista em toda a sua extensão e multiplicidade de vertentes e sentidos, abrangendo as dimensões econômica, ecológica, social, política, cultural, espacial, ética e espiritual.

2 O ProNEA foi construído através de consultas públicas que geraram três edições incrementais e sucessivas no período de setembro de 2003 a dezembro de 2004.

Para tanto, vem sendo edificado o Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), a partir do arcabouço legal das Políticas Nacionais de Meio Ambiente e de Educação Ambiental, bem como a partir das diretrizes estabelecidas pelo Programa de Governo Brasil para Todos, mais especificamente aquelas do MMA, além do ProNEA.

A edificação deste sistema é uma ação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental³ que visa dar um passo a mais no aprimoramento da referida Política, na medida em que busca fortalecer a gestão voltada à educação para sociedades sustentáveis, aumentando a sinergia, articulação e coordenação entre os diversos atores sociais envolvidos com a educação ambiental, conferindo-lhe maior organicidade em todo o país, com ênfase particularmente destacada nos processos de formação.

Caminha-se no sentido da instauração do diálogo entre as esferas de governo federal, estadual e municipal no planejamento e implementação das políticas públicas de educação ambiental, ressaltando a construção democrática do espaço público por meio de mecanismos participativos, envolvendo os segmentos autônomos e organizados da sociedade, de modo descentralizado, representativo e transparente.

As diretrizes do MMA e os princípios e objetivos da DEA, supracitados, têm possibilitado a permanente construção, que se pretende incremental e articulada, de duas dimensões:

- instâncias e eixos transversais do Sistema Nacional de Educação Ambiental, em construção;
- fundamentos para processos formativos, a serem deflagrados por este Sistema, do educador e da educação ambiental populares e para uma educação ambiental cotidiana, por todos os poros, capaz de impactar, transformar e valorizar na direção da sustentabilidade, os valores, objetivos, metas, comportamentos, atitudes, aptidões e conhecimentos de toda a população brasileira.

Os cadernos deste relatório correspondem às ações, projetos e programas da DEA. O primeiro trata da ação integrada entre DEA/MMA e Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC) na condução dos trabalhos do Órgão Gestor da PNEA. O caderno

3 Sobre o Órgão Gestor da PNEA (MMA e MEC) cf. Caderno 1 deste relatório.

seguinte aborda os programas e projetos voltados a Processos Formadores em Educação Ambiental. O terceiro caderno refere-se às ações do Enraizamento da EA no Brasil. O quarto caderno tem como enfoque o Fortalecimento da Educação Ambiental a partir das Relações Internacionais, seguido do que descreve a Comunicação e Informação Documental. A promoção da educação ambiental em instâncias colegiadas e em políticas públicas diversas é o foco do sexto caderno denominado Transversalização da Educação Ambiental em espaços Colegiados, Formulação e Articulação com Outras Políticas Públicas. Finaliza-se com uma descrição dos Instrumentos de Cooperação e da Estrutura Física, Humana e Financeira que deu suporte às ações descritas nos itens anteriores.

Cabe ainda destacar que, durante os quatro anos desta gestão, uma concepção de planejamento incremental e articulado animou o diálogo continuado com a sociedade: um constante movimento entre as estratégias traçadas pela Diretoria e as demandas e oportunidades do campo socioambiental.

SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
ADI – Ambiente de Debate Interativo
AICD - Agência Interamericana para a Cooperação e o Desenvolvimento
AMM – Associação Mato-Grossense de Municípios
ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental
BAP – Bacia do Alto Paraguai
CAN – Comunidade Andina
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
CEA - Centro de Educação Ambiental
CEFFA - Centros Familiares de Formação por Alternância
CEIDA - Centro de Extensão Universitária e Divulgação Ambiental da Galícia

CEPA - Iniciativa de Comunicação, Educação e Conscientização Pública da Convenção sobre Diversidade Biológica
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira
CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC
CGEAM - Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
CID Ambiental - Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA
CIDEMA - Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográfica dos rios Miranda e Apa
CIEA - Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental
CIRAD – Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural
CISEA - Comissão Intersetorial de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
CJs – Coletivos Jovens de Meio Ambiente
CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNIA - Centro Nacional de Informação Ambiental
CNM - Confederação Nacional de Municípios
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COLMEIAs - Comissões Locais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental
COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
COMEEA - Comissão Estadual de Educação Ambiental (Bahia)
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP - Conferência das Partes
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTERA - Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina
CUIDA – Centro Unificado de Informação e Documentação Ambiental
CUT – Central Única de Trabalhadores
DATER/MDA - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário
DCBio/SBF/MMA - Diretoria de Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Biodiversidade e

Florestas/ Ministério do Meio Ambiente
DEA/MMA - Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DT – Documento Técnico
EA. NET - Canal da Educação Ambiental na Internet
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FEA - Formação de Educadores Ambientais
FNDE – Fundo Nacional de Educação
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FOPEA – Fórum Permanente de Educação Ambiental do Amazonas
FORMAD – Fórum Mato-Grossense de Educação Ambiental
GEF - Fundo para o Meio Ambiente Mundial
GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia
GTEA-DF - Grupo de Trabalho de Educação Ambiental no Distrito Federal
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor
ILAC – Rede Regional da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável
INCRA – Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
ITI - Instituto de Tecnologias da Informação
MAPA- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR’S – Módulos demonstrativos de recuperação de áreas degradadas
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MES – Municípios Educadores Sustentáveis
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRE – Ministério das Relações Exteriores

MST – Movimento dos Sem Terra
NEA/IBAMA – Núcleos de Educação Ambiental/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
NAPs – Núcleos de Articulação do Programa de Revitalização do São Francisco
NBR – Canal de Notícias da Radiobras
OG - Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental
ONU – Organização das Nações Unidas
ORPALC - Escritório Regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAN-BIO - Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade no Brasil.
PANACEA - Plano Andino - Amazônico de Comunicação e educação Ambiental
PAP - Pessoas que Apreendem Participando ou Pesquisa Ação Participante
PEAMS - Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento
PEEA – Política Estadual de Educação Ambiental
PLACEA - Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental
PNC - Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNRH - Programa Nacional de Recursos Hídricos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA - Plano Plurianual
PPP – Projeto Político Pedagógico
PREEA – Programa Estadual de Educação Ambiental
ProFEA - Programa de Formação de Educadores Ambientais
ProFFA - Programa Nacional de Formação em Fiscalização Ambiental
Programa GESAC - Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
PRONEAP - Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária
ProMEA – Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental
Pronater - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PR-SF - Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
RAEA - Rede Acreana de Educação Ambiental
RAMEA - Rede Amazônica de Educação Ambiental
REA - Rede Paranaense de Educação Ambiental
REAAAL - Rede Alagoana de Educação Ambiental
REABA - Rede de Educação Ambiental da Bahia
REASE - Rede de Educação Ambiental de Sergipe
REASul - Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REBECA – Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental
RECEA - Rede Capixaba de Educação Ambiental
REDE AGUAPÉ – Rede Pantanal de Educação Ambiental
REDIPRO - Rede de Proteção Ambiental
REJUMA – Rede de Juventude e Meio Ambiente
REMTEA – Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental
REPEA - Rede Paulista de Educação Ambiental
RMEA – Rede Mineira de Educação Ambiental
RUPEA - Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SECAD/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação
SECEX/MMA – Secretaria Executiva/Ministério do Meio Ambiente
SESC – Serviço Social do Comércio
SIBEA - Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCs – Unidades de Conservação
UFs – Unidades Federativas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UP – União Plantária
VCB – Vamos Cuidar do Brasil – Bioma Cerrado

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Diretoria de Educação Ambiental

